

CONHECENDO A REALIDADE DAS EMPRESAS RECUPERADAS POR TRABALHADORES NO BRASIL

Resenha:

HENRIQUES, F. C. et al. **Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

Thelma Santos¹

Palavras-chave

Empresas recuperadas por trabalhadores, economia solidária, autogestão.

Keywords

Companies recovered by workers, solidarity economy, workers self-management.

A recuperação de empresas pelos trabalhadores pode ser entendida como um processo social e econômico que pressupõe a existência de uma empresa capitalista anterior, cuja falência ou inviabilidade econômica resultou na luta dos trabalhadores para geri-la.

O livro *Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil* é fruto do esforço coletivo de 10 pesquisadores², de distintas instituições e variadas áreas de pesquisa, que, em conjunto, empreenderam a mais ampla e completa pesquisa sobre ERTs (empresas recuperadas por trabalhadores) realizada no Brasil. A pesquisa que dá origem a este livro permite conhecer de forma sistemática e detalhada o universo das ERTs em nosso país.

A pesquisa realizada teve por objetivo central:

[...] desvendar o processo que possibilita uma completa revisão da situação social de assalariados em vias de perder o emprego, que aproveitam o ensejo para se tornar proprietários coletivos de empreendimentos que faliram enquanto empresas capitalistas transformando-os em empreendimentos de economia solidária a serem autogeridos por eles, após recuperarem seu status de produtores diretos. (p. 10-11)

Reunindo-se periodicamente para pensar a pesquisa em conjunto e dividindo-se posteriormente em grupos menores, os investigadores responsáveis

¹ Mestranda em Ciências Sociais pelo PPGCS da UFCG. Graduada em Administração e Especialista em Economia Solidária e Autogestão. E-mail: thelfrs@yahoo.com.br

² Flávio Henriques, Vanessa Sígolo, Sandra Rufino, Fernanda Araújo, Vicente Neponuceno, Mariana Giroto, Maria Paulucci, Thiago Rodrigues, Maira Rocha e Maurício Sardá de Farias.

por esta obra uniram esforços para localizar e entrevistar a totalidade de ERTs no Brasil. O mapeamento de todas as ERTs do país é provavelmente uma das principais contribuições desta pesquisa para pesquisadores do tema. Para encontrar iniciativas de ERTs, foram consultados: os empreendimentos que declararam, no mapeamento do Sistema de Informação da Economia Solidária (Sies), que a motivação para criação do empreendimento foi o fechamento de empresa privada que faliu; as assessorias de empresas recuperadas (Anteag e Unisol); teses e artigos acadêmicos que tiveram como objeto de estudo ERTs; e as próprias empresas visitadas, que ofereceram informações sobre outras ERTs conhecidas. O mapeamento apontou a existência de 67 empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil.

Os dados da pesquisa desenvolvida foram obtidos por meio da aplicação de um questionário de 109 questões, divididas em 12 eixos temáticos que deram origem aos capítulos do livro. Cada eixo dedica-se à apreensão de um aspecto das ERTs. Estes aspectos são analisados pelos pesquisadores por meio de respostas ao questionário, interpretando-se os aspectos por meio de um harmônico diálogo com a teoria sobre o assunto.

Resgatando as origens da recuperação de empresas por trabalhadores, os autores lembram que o termo “recuperação” não é novo. Já tinha chamado a atenção de Engels, que, no 3º volume de *O Capital*, relatou em uma nota de rodapé o caso de um fabricante falido, depois da Crise de 1868, que se tornou empregado assalariado dos ex-funcionários de sua empresa, após a fábrica ser recuperada por uma cooperativa de trabalho.

A construção teórica que fundamenta a análise desta pesquisa traz duas principais linhas de pensamento sobre o tema: os trabalhos de Lorena Holzmänn, Maurício Sardá, Lia Tiriba, Neusa Dal Ri e Candido Vieitez, Paulo Marques, Henrique Novaes, Alessandra Azevedo, entre outros; e as análises de Luís Gaiger, Paul Singer, Antônio Cruz, Renato Dagnino, Gabriel Kraychete, Valmor Schiochet, Roberto Marinho, Genauto França Filho. A primeira linha prepara os trabalhadores para a auto-organização do trabalho e da vida, desenvolvendo estudos sobre as ERTs no Brasil, surgindo então como proposta de uma tentativa dos trabalhadores de escapar da hegemonia positivista, contribuindo, em alguma medida, para o renascimento do marxismo. Já a segunda busca caracterizar a economia solidária e um “novo modo de produção”.

O fenômeno das ERTs é resultado da ofensiva do capital, do esgotamento da experiência do “socialismo real”, da reação dos movimentos sociais contra o neoliberalismo e, ao mesmo tempo, uma tentativa de recuperação dos ideais de igualdade e justiça social.

O Brasil foi pioneiro em experiências de ERTs, com casos desde a década de 1980. Nos primeiros momentos desta luta, não houve apoio por parte dos movimentos sociais e dos sindicatos. Todavia, com a crise dos anos 1990, cresceu o número de experiências deste tipo e, aos poucos, a recuperação das empresas falidas passou a ser vista como um modo de luta e resistência dos trabalhadores, além de uma alternativa ao desemprego.

O capítulo um, Dados Gerais, apresenta as informações gerais das empresas mapeadas, ramo de atividade, localização, além de dados sobre produtos/serviços e faturamento. Quase a metade das ERTs é do ramo de metalurgia (45%) e depois vem o têxtil, o segundo mais frequente (16%). A maior parte das ERTs está concentrada nas regiões mais industrializadas do país, Sudeste (55%) e Sul (32%).

No capítulo seguinte, O Processo de Recuperação das ERTs, o objetivo foi traçar um perfil das estratégias de luta para recuperação de empresas no Brasil. Este capítulo revelou que as principais motivações dos trabalhadores para recuperarem uma empresa em crise ou em estado de falência são econômicas, têm relação com o medo do desemprego. Porém, a escolha do caminho da recuperação geralmente apresenta aos trabalhadores novas possibilidades, colocando-os em contato com a autogestão. Foi possível verificar a existência de diferentes apoiadores e parceiros na recuperação. E ainda a influência do contexto, singularizando as histórias de recuperação e a construção das experiências autogestionárias.

O terceiro capítulo, intitulado Marco Legal, dedica-se à situação legal das ERTs: a forma jurídica adotada; a situação jurídica dos ativos; como foram integralizadas as quotas partes; as circunstâncias da falência; como foram resolvidas as questões trabalhistas. Aqui os autores realizam uma análise de como as mudanças na lei de falências facilitam a continuidade do negócio por parte dos empresários e privilegiam o pagamento dos credores financeiros em vez das questões trabalhistas no momento da falência, concluindo que a associação de trabalhadores raramente é considerada na formulação de políticas públicas.

O capítulo quatro, Estrutura Ocupacional e Perfil dos Trabalhadores, traça o perfil dos trabalhadores em relação à idade, escolaridade, a gênero e atividades desempenhadas nas empresas recuperadas. Procura ainda explicar as diferenças no número de trabalhadores em momentos distintos e as formas de inserção de novos trabalhadores.

Produção e tecnologia revela a grande necessidade de manutenção/renovação de maquinário. A maior parte dos empreendimentos está produzindo abaixo da capacidade instalada, devido à “dificuldade de inserção no mercado” e à “falta de capital de giro/crédito”. Foram identificadas adequações sociotécnicas realizadas em alguns empreendimentos, no entanto, o percentual dos que realizaram estas mudanças ainda é pequeno.

As adequações sociotécnicas realizadas pelas ERTs que primam por uma melhor qualidade de vida, segurança, menores jornadas de trabalho, ou melhor, saúde de seus trabalhadores são características de empresas autogestionárias, na qual o decisor participa da atividade de trabalho de chão de fábrica. (p. 99)

O capítulo Relações de Trabalho e Educação revela que, das ERTs consultadas, 88% realizaram mudanças na organização do trabalho, entre elas: des-

centralização de poder e nível hierárquico - pressuposto básico da economia solidária, de acordo com Singer (2002); maior colaboração, comprometimento e motivação; rodízio de funções e polivalência; flexibilização de horário, função e/ou posto de trabalho. No rodízio se leva em consideração necessidades e interesses dos trabalhadores. A participação das mulheres nas ERTs ainda é baixa e há divisão sexual do trabalho. Dos empreendimentos, 78% declararam realizar processos formativos frequentes para os trabalhadores, a maior parte em formação humana e política ou em cursos técnicos profissionalizantes, em 41% dos casos, por meio de parcerias.

O capítulo sete, Perfil Organizacional, revela que a maioria das ERTs realiza assembleias periodicamente, boa parte delas, mensalmente. Ainda há diferenças nas retiradas dos sócio-trabalhadores, porém estas são bem menores que as diferenças salariais de empresas capitalistas. Entre os empreendimentos, 92% consideram trabalhar sob a forma de autogestão.

No capítulo Comercialização e Crédito, busca-se a compreensão do que costuma ser indicado como um dos gargalos dos empreendimentos solidários: a dificuldade de comercialização e o acesso a crédito. É importante destacar que 62% das ERTs ainda produzem de forma terceirizada, havendo casos em que 100% da produção foram comprados por um único cliente, o que é preocupante por ameaçar a autonomia desses empreendimentos. Revelou-se também dificuldade de acesso ao crédito.

O nono capítulo trata da Seguridade Social e Segurança no Trabalho. A maioria das ERTs possui cobertura médica e programa de segurança no trabalho. O número de acidentes e a pressão sobre o trabalho diminuíram desde a recuperação das empresas. Com relação à seguridade social, 89% das empresas contribuem para a aposentadoria.

Relação com a Sociedade, Sindicatos e Movimentos Sociais mostra que, embora exista relação com o sindicato, nem sempre houve apoio desse tipo de entidade ao processo de recuperação. A maioria das ERTs afirma manter vínculo com outras ERTs e com empreendimentos solidários (EES), porém estes vínculos ainda não são capazes de construir cadeias produtivas que facilitarão a existência dos empreendimentos. Apenas 39% das ERTs têm relação com movimentos sociais, partidos e grupos políticos, realidade bem distinta da experimentada pela Argentina. A relação com a sociedade também não é muito forte. Das organizações de apoio às empresas recuperadas, a Unisol se destaca. Há vínculo das ERTs com as universidades em 64% dos casos, a maioria relacionado a pesquisas.

O capítulo 11 investiga a Relação com o Estado. Apenas em 42% dos casos houve apoio do Estado na recuperação, mais por parte dos governos de estados e das prefeituras. O apoio diminui na manutenção dos empreendimentos. A maior parte das empresas consultadas não participa das instâncias do Estado. E 45% delas não receberam apoio de órgão público de economia solidária. A avaliação do apoio do estado às ERTs é ruim em 55% dos casos e insatisfatória em 15%. Entre os principais motivos apontados estão a falta de

política para as ERTs e cooperativas e a tributação excessiva.

O último capítulo, intitulado Avaliação Geral e Auto-denominação, informa que a principal mudança apontada foi a maior consciência dos trabalhadores após a recuperação, seguida pelo trabalho em autogestão. Quando questionados sobre o significado de trabalhar em uma ERT, 32,6% apontaram a realização pessoal e 25,6% indicam o orgulho em trabalhar em uma empresa autogestionária. Dos entrevistados, 70% consideram que a relação entre os trabalhadores melhorou após a recuperação. A maior parte dos trabalhadores denomina a empresa recuperada como cooperativa e os sócio-trabalhadores como cooperados. A maioria acredita que as perspectivas para a ERT são positivas.

Os resultados finais da pesquisa são apresentados na conclusão, na qual os autores reafirmam a importância de se estudar as ERTs, que preservam milhões de postos de trabalho e inovam em termos de organização do trabalho e de estratégias de luta dos trabalhadores.

Os autores iniciaram este trabalho com a hipótese de que as experiências de ERTs no Brasil estavam em refluxo, mas concluem que, embora seja notável a redução no número de experiências novas, o fato é que continuam surgindo ERTs no Brasil, demonstrando a possibilidade de continuidade do fenômeno. É importante, entretanto, que as ERTs estreitem as relações com outras empresas recuperadas, empreendimentos de economia solidária, movimentos sociais e sociedade em geral, tornando-se capazes de lutar por demandas e politizar o debate visando impulsionar práticas para além da lógica do capital.

Com base nas análises, não se pode afirmar que as experiências brasileiras de ERTs apresentem rupturas profundas à lógica capitalista de produção. Certamente há questões que precisam ser enfrentadas pelas ERTs, entretanto, pode-se dizer que os trabalhadores nas empresas recuperadas vêm produzindo inovações nos processos e ambientes de trabalho, que tornam o ambiente mais democrático e diminuem a pressão vivida pelos trabalhadores.

Como declarado pelos próprios autores, o livro encontra sentido no diálogo permanente e na construção conjunta do conhecimento com os trabalhadores que, mesmo diante de dificuldades, obstáculos e limitações, estão pondo em prática experiências de autogestão que nos apontam importantes ensinamentos na luta contra o trabalho alienado e subordinado. Estas experiências concretas mostram que a mudança no regime de propriedade e a construção de novas relações de trabalho não são apenas necessárias, mas completamente possíveis. Estes trabalhadores “são protagonistas da vida, que escrevem, no dia a dia, a história da autogestão em nosso país” (p. 211).

Este livro, de caráter interdisciplinar, traz uma grande contribuição à sociologia do trabalho, aos estudos sobre ERTs e EES. O esforço despendido pelos pesquisadores não só merece reconhecimento como serve de inspiração a outros pesquisadores.

Referência Bibliográfica

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.